PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E FAMÍLIA

Relatório dos Encontros Descentralizados dos Coordenadores Municipais do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família - 2025.

Curitiba,
2025

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E FAMÍLIA

EXPEDIENTE

Governador do Estado

Carlos Massa Ratinho Junior

Secretário de Desenvolvimento Social e Família

Rogério Carboni

Diretora Geral

Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli

Diretora de Desenvolvimento Social

Ticyana Paula Begnini

Coordenadora de Política Pública de Assistência Social

Renata Mareziuzek Dos Santos

Chefe da Divisão de Proteção Social Básica

Magali Socher Luiz

www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br

Palácio das Araucárias
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n
Centro Cívico – 80530-915
Curitiba – PR.

FICHA TÉCNICA

DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Magali Socher Luiz

ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Magali Socher Luiz - Assistente Social - CRESS nº 5902 11ª Região - Chefe da Divisão de Proteção Social Básica - SEDEF;

Leandro Telles da Silva - Coordenador Estadual do Cadastro Único e Programa Bolsa Família - SEDEF;

Siumara Lee Sfair – Psicóloga - CRP. 08/07027 - Técnica da Divisão de Proteção Social Básica - SEDEF;

Marília Rimas - Administrativo - Divisão da Proteção Social Básica - SEDEF;

Giovanna Rudnik Alves - Estagiária de Psicologia da Divisão de Proteção Social Básica - SEDEF.

COLABORAÇÃO

Patricia Cavichiolo Tortato - Psicóloga CRP. 08/10653 - Técnica da Divisão de Proteção Social Básica - SEDEF;

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1 - Informações dos encontros.....6
Tabela 2 - Temas abordados..... 7
Gráfico 1 - Número de participantes presentes..... 9
Tabela 3 - Municípios que justificaram sua ausência..... 10
Gráfico 3 - Respostas de Avaliação - Grupo I..... 12
Gráfico 4 - Respostas de Avaliação - Grupo II..... 13
Gráfico 5 - Respostas de Avaliação - Grupo III..... 14
Gráfico 6 - Respostas de Avaliação - Grupo IV..... 15
Gráfico 7 - Respostas de Avaliação - Grupo V..... 16
Apêndice B - Gráfico de presença e ausência nos municípios..... 29
Apêndice C - Gráfico dos municípios presentes em porcentagem.....29
Apêndice D - Gráfico de municípios presentes em relação ao total esperado.....30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 5
2. PROCESSO DE EXECUÇÃO DOS ENCONTROS DESCENTRALIZADOS DE COORDENADORES MUNICIPAIS DO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA..... 6
3. PANORAMA DE PARTICIPAÇÕES..... 9
4. AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES..... 11
5. DISCUSSÕES E SITUAÇÕES APRESENTADAS PELOS PARTICIPANTES ...17
6. ENCAMINHAMENTOS PROPOSTOS..... 19
7. CONCLUSÃO..... 20
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 23
ANEXOS..... 24
APÊNDICES..... 25

1. INTRODUÇÃO

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadúnico, instituído pela Lei nº 8.742/1993, art. 6º-F, caracteriza-se como principal instrumento para identificação de famílias de baixa renda residentes em todo o território nacional. Por meio de sua inscrição, as famílias têm acesso aos Programas Sociais, enquanto os governos de todos os níveis identificam e compreendem suas necessidades.

Nas últimas décadas, o Cadastro Único, em conjunto com o Programa Bolsa Família, foi responsável por consolidar um novo modelo brasileiro de proteção social (Campello e Neri, 2013). Ofertando aos indivíduos acesso à renda, serviços e oportunidades socioassistenciais e a ampliação do acesso a direitos e oportunidades, assim como descreve o Art. 5° da Constituição Federal de 1988:

> "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (Brasil, Constituição (1988)], [capítulo I, art. 5°]).

Os municípios são responsáveis pela realização do cadastramento, sendo as prefeituras que realizam a gestão municipal, definem as equipes de cadastradores, realizam as entrevistas junto às famílias e inserem todas as informações no sistema. Além do mais, é dever do município manter o registro das famílias atualizado, monitorar e informar a inclusão ou exclusão de cadastrados e zelar pela fidedignidade e qualidade das informações fornecidas (Barros, Carvalho e Mendonça, 2021).

Dessa forma, os Encontros Descentralizados dos Coordenadores Municipais do Cadastro Único e Programa Bolsa Família tem como objetivo qualificar a gestão municipal e o atendimento à população, ofertando capacitação aos coordenadores por meio da atualização de normativas, reflexões teóricas e metodológicas, compartilhamento de experiências e apresentação de novos sistemas e ferramentas.

2. PROCESSO DE EXECUÇÃO DOS ENCONTROS DESCENTRALIZADOS DE COORDENADORES MUNICIPAIS DO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Considerando o Cadastro Único como uma das principais fontes de dados para a vigilância socioassistencial e que o Estado tem como atribuição a realização de capacitações que auxiliem o trabalho dos municípios na gestão e operacionalização do CadÚnico e do Programa Bolsa Família, o evento foi proposto para qualificar a gestão e o atendimento à população por meio da atualização de normativas e apresentação de novos sistemas e ferramentas como o Portal de Gestão do CadÚnico, implementado em março de 2025.

Segundo o Relatórios de Programas e Ações demonstrados pelo Relatório de Informações Sociais do MDS, o Paraná, em março de 2025, tinha 1.749.432 de famílias cadastradas no Cadastro Único e 603.509 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, assim, ressalta-se a relevância da aproximação da gestão estadual junto às gestões municipais diante da importância dos programas.

Os encontros foram organizados de maneira descentralizada em cinco municípios, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Informações dos encontros

LOCAL	DATA	N° MUNICÍPIOS	N° PARTICIPANTES
Capanema	26 a 28/03/2025	90	107
Pinhais	02 a 04/04/2025	36	84
Cianorte	09 a 11/04/2025	116	118
Cornélio Procópio	23 a 25/04/2025	96	148
Guarapuava	07 a 09/05/2025	62	100
	Total	**399**	**557**

FONTE: Divisão de Proteção Social Básica, 2025.

As vagas foram disponibilizadas aos Coordenadores Municipais do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família na Política de Assistência Social. Os encontros foram realizados em três dias, sendo o primeiro com carga horária de quatro horas e o segundo e terceiro dias com oito horas, sendo abordado os temas apresentados na tabela abaixo:

Tabela 2 - Temas abordados

Temas abordados	Palestrante/ Responsável
A consolidação da política de Assistência Social, do Cadastro Único e das políticas de transferência de renda	SEDEF - Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF
Cadastro Único e Programa Bolsa Família: 20 anos de inclusão e cidadania	SEDEF - Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF
Panorama do Cadastro Único e perfil populacional da região	SEDEF - Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF
Normativas do Cadastro Único e sua aplicação no cotidiano (orientações e recomendações)	SEDEF - Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF
Novo Sistema do Cadastro Único	SEDEF - Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF
Averiguação e Revisão Cadastral 2025	SEDEF - Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF
Lei Federal n° 15.077/2024 e a entrevista em domicílio	SEDEF - Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF
Gestão de informações e cessão de dados do Cadastro Único	SEDEF - Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF

Panorama do Programa Bolsa Família e perfil populacional da região	SEDEF - Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF
Normativas do Programa Bolsa Família e sua aplicação no cotidiano	SEDEF - Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF
Diálogo com a Caixa Econômica Federal	GIGOV/CAIXA
Intersetorialidade e o Sistema de Condicionalidades - SICON	SEDEF - Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF
PAIF e o acompanhamento de beneficiários do PBF	SEDEF - Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF
Índice de Gestão Descentralizada - IGD/PBF - Cálculo, planejamento e utilização dos recursos	SEDEF - Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF

FONTE: Divisão de Proteção Social Básica, 2025.

Ademais, os eventos contaram com a participação de famílias beneficiárias do Programa, com o objetivo de demonstrar aos coordenadores que, ao contrário do senso comum — segundo o qual essas famílias utilizam o programa para se isentar de atividades laborais —, na realidade, elas necessitam desse auxílio financeiro para alcançar estabilidade econômica, conforme indicam os dados fornecidos pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), em que 70,6% dos beneficiários de 7 a 15 anos de idade em 2005 no Estado do Paraná, em 2019 não constavam no CadÚnico, tendo saído do registro oficial de indivíduos de baixa renda do Brasil, reforçando o caráter de interrupção do ciclo intergeracional da pobreza propiciado pela política de transferência de renda condicionada.

3. PANORAMA DE PARTICIPAÇÕES

Os cinco encontros contaram com 622 (seiscentos e vinte e dois) participantes de 346 (trezentos e quarenta e seis) municípios, sendo que 557 (quinhentos e cinquenta e sete) participantes foram contabilizados pelas inscrições realizadas na Escola de Gestão do Governo do Paraná, que tenham participado ao menos um período no encontro.

Apresentamos abaixo o número de participantes por grupo:

Gráfico 1 - Número de participantes presentes

FONTE: Divisão de Proteção Social Básica, 2025.

Apesar da oferta de vagas para os 399 municípios paranaenses, a sensibilização para participação por meio de Informação Técnica, e-mails, ligações telefônicas e mensagens de whats, 51 (cinquenta e um) municípios não tiveram nenhuma representatividade nos seminários, cujo detalhamento dos participantes constam nos apêndices deste relatório.

Dentre os municípios que não participaram, 12 municípios justificaram sua ausência, sendo eles:

Tabela 3 - Municípios que justificaram sua ausência.

Bom Sucesso	Porto Vitória
Alvorada do Sul	Ribeirão do Pinhal
Antônio Olinto	Saudade do Iguaçu
Cambé	Sengés
Ortigueira	Telêmaco Borba
Piraí do Sul	Vitorino

FONTE: Divisão de Proteção Social Básica, 2025.

Em relação aos municípios ausentes, o principal motivo alegado foi a falta de equipe de atendimento e o momento de reestruturação dos órgãos gestores após as eleições municipais. Dois municípios ainda alegaram motivos médicos.

Tabela 4 - Municípios ausentes [1]

Anahy	Campina da Lagoa	Paranapoema
Vera Cruz do Oeste	Fênix	Bom Sucesso
Medianeira	Janiópolis	Jandaia do Sul
Realeza	Quarto Centenário	Abatiá
Santo Antônio do Sudoeste	Ubiratã	Barra do Jacaré
Chopinzinho	Santa Fé	Jacarezinho
Mariópolis	Sarandi	Jundiaí do Sul

1 Os dados foram fornecidos pela Escola de Gestão do Paraná, no qual os municípios constatados são o local onde os inscritos residem e não onde trabalham, desta forma podendo haver alguma divergência na informação de município sem representação..

Pontal do Paraná	Loanda	Campina do Simão
Foz do Jordão	Piraí do Sul	Paulo Frontin
Pinhão	São João do Triunfo	Nova Prata do Iguaçu
Fernandes Pinheiro	Sengés	Iracema do Oeste
Ortigueira	Telêmaco Borba	Nova Santa Rosa
Palmeira	Antônio Olinto	São José das Palmeiras
Terra Roxa	Doutor Camargo	Floresta
Itambé	Esperança Nova	Cândido de Abreu
Mandaguari	Arapuã	Cafeara
Cambé	Porto Vitória	

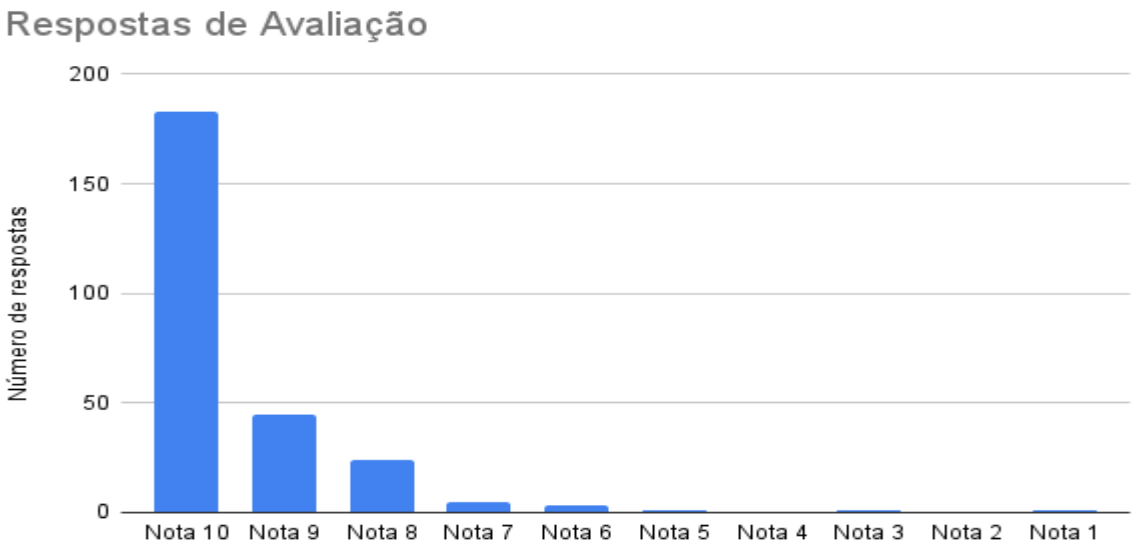
FONTE: Divisão de Proteção Social Básica, 2025.

4. AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES

O Relatório da Pesquisa de Satisfação fornecido pela Escola de Gestão do Paraná é realizado pelos alunos que estiveram presentes nos três dias de evento para obterem seu certificado de participação. Dessa forma, ao comparar o número total de respostas fornecidas com o número de presentes totais apresentados no Apêndice deste relatório, os valores se distinguem.

De modo geral, a capacitação fornecida aos coordenadores municipais foi bem avaliada, tendo cento e três notas 10 (56,28%) de 183 respostas totais. Ademais, apresentam quarenta e cinco notas 9 (24,59%), vinte e quatro notas 8 (13,11%), cinco notas 7 (2,73%), três notas 6 (1,63%), uma nota 5 (0,54%), uma nota 3 (0,54%) e uma nota 1 (0,54%). Conforme demonstrado no gráfico abaixo:

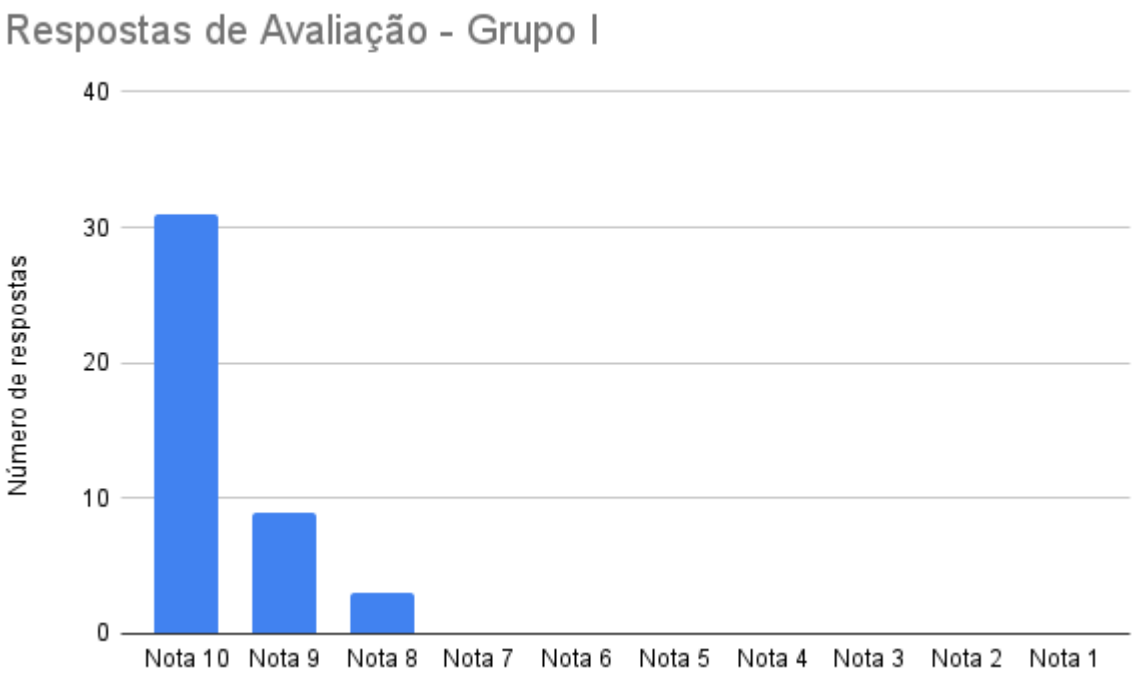
Gráfico 2 - Respostas de Avaliação



FONTE: Elaborado pelos autores, 2025.

Em relação ao encontro realizado no Grupo I, no município de Capanema, observou dentre as 43 respostas totais, trinta e uma notas 10 (72,09%), nove notas 9 (20,93%) e três notas 8 (6,97%).

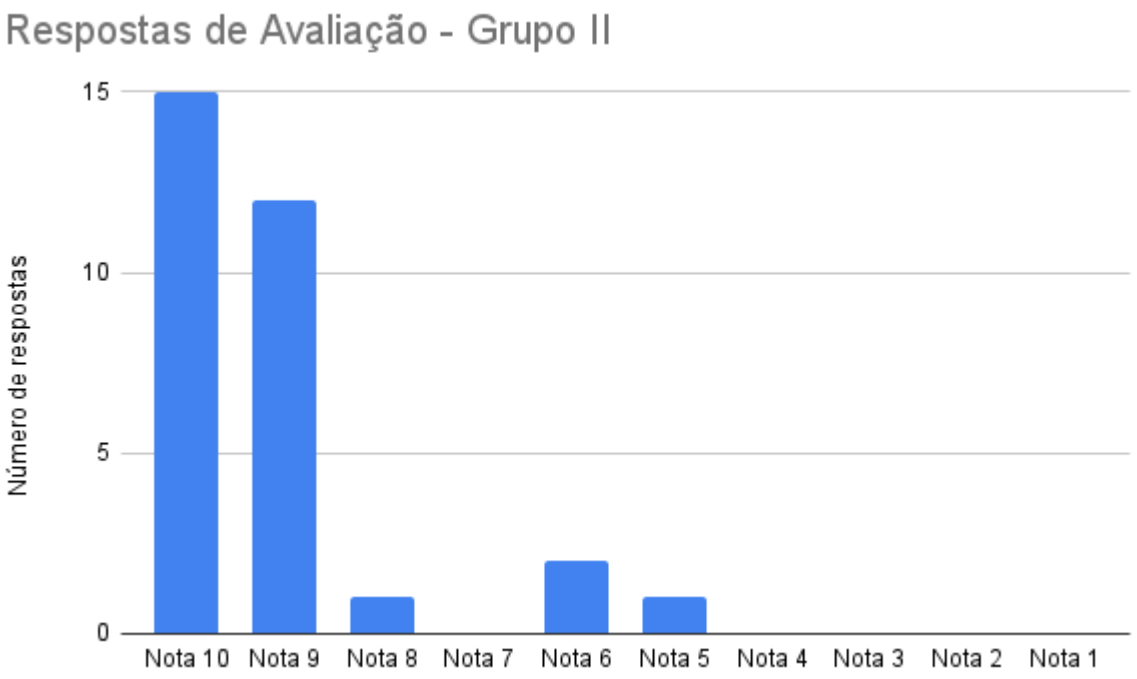
Gráfico 3 - Respostas de Avaliação - Grupo I



FONTE: Elaborado pelos autores, 2025.

Já o Grupo II, no município de Pinhais, alcançou 31 respostas ao todo, sendo quinze notas 10 (48,38%), doze notas 9 (38,7%), uma nota 8 (3,22%), duas notas 6 (6,45%) e uma nota 5 (3,22%).

Gráfico 4 - Respostas de Avaliação - Grupo II

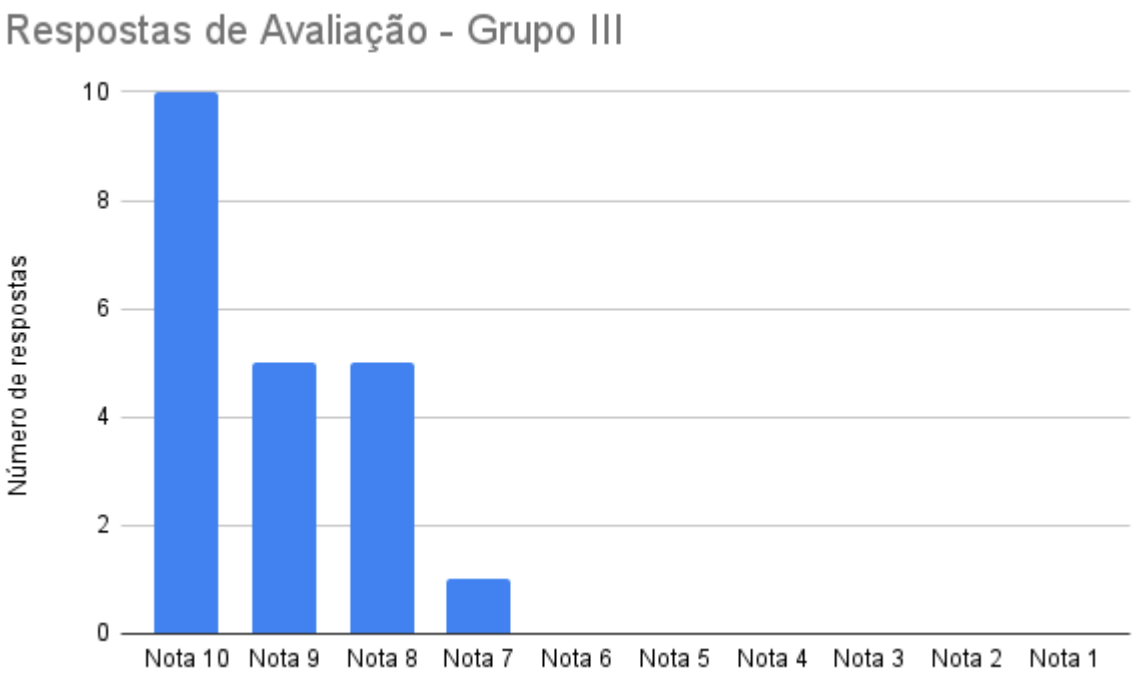


FONTE: Elaborado pelos autores, 2025.

Ademais, de acordo com a avaliação realizada de modo descritivo, aqueles que diagnosticaram o encontro com nota inferior a sete, descreveram que o evento poderia ter ocorrido antes da implementação do Portal Cadastro Único. Todavia, conforme objetivo apresentado (vide introdução), a capacitação também tem a função de demonstrar aos coordenadores o funcionamento do novo sistema.

No que se refere ao Grupo III, realizado no município de Cianorte, foi adquirido 21 respostas ao todo, subdividido em dez notas 10 (47,61%), cinco notas 9 (23,80%), cinco notas 8 (23,80%) e uma nota 7 (4,76%).

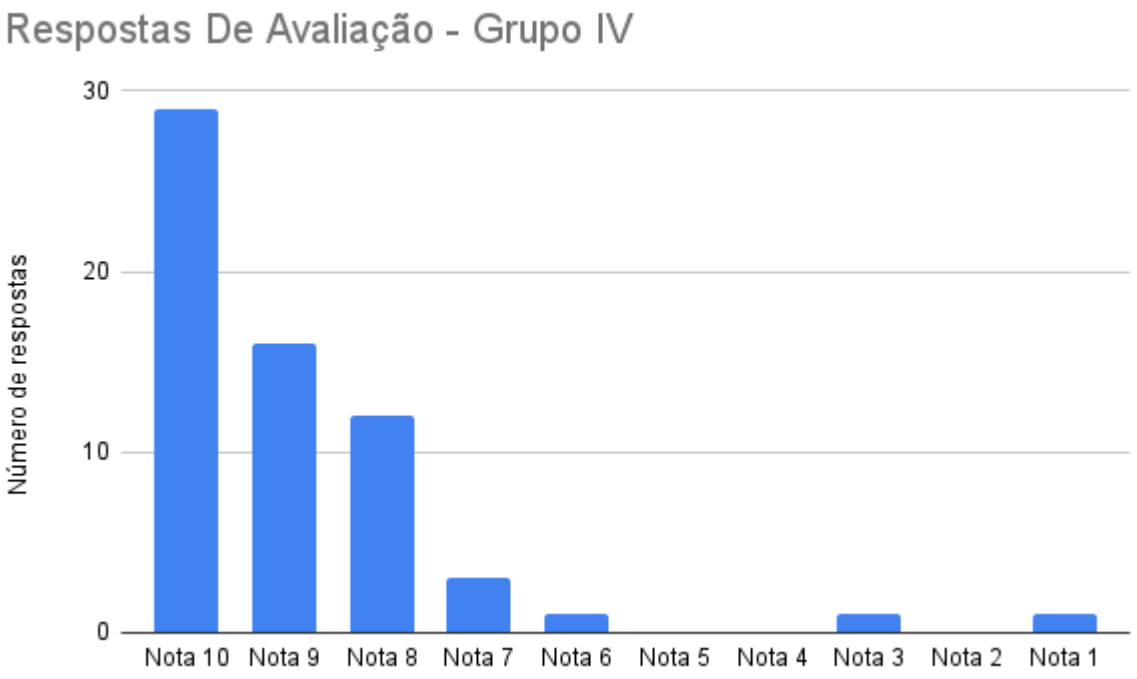
Gráfico 5 - Respostas de Avaliação - Grupo III



FONTE: Elaborado pelos autores, 2025.

Já o Grupo IV, decorrido no município de Cornélio Procópio, destaca-se com o maior número de respostas e com mais diversificação entre as notas. Ao todo, foram 63 avaliações, dentre as notas, vinte e nove foram 10 (46,03%), dezesseis notas 9 (25,39%), doze notas 8 (19,04%), três notas 7 (4,76%), uma nota 6 (1,58%), uma nota 3 (1,58%) e uma nota 1 (1,58%).

Gráfico 6 - Respostas de Avaliação - Grupo IV

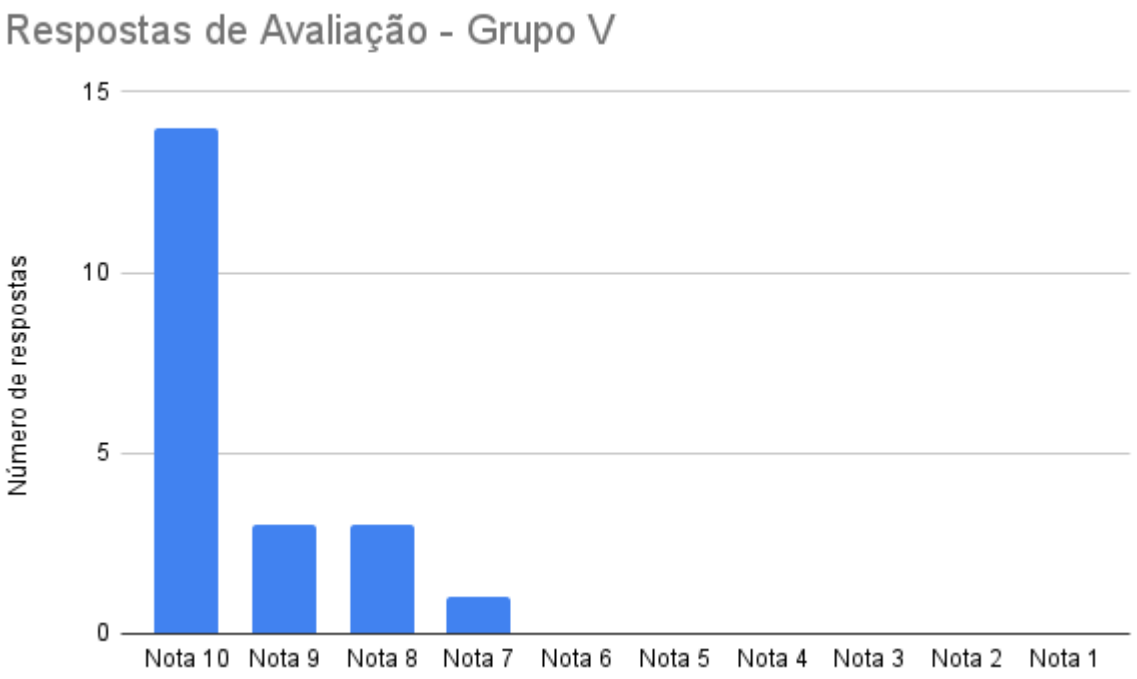


FONTE: Elaborado pelos autores, 2025.

Entretanto, de acordo com a nota um fornecida ao evento, observa-se uma incoerência na avaliação, já que a resposta descritiva apresenta o comentário “Estão todos de parabéns”, contrariando a nota numérica atribuída. Quanto à nota três, o participante relata que devido aos temas propostos sugere “uma melhora na questão de horário”.

Por fim, o Grupo V, desenvolvido no município de Guarapuava, foram encaminhadas 21 respostas ao total, tendo quatorze notas 10 (66,66%), três notas 9 (14,28%), três notas 8 (14,28%) e uma nota 7 (4,76%).

Gráfico 7 - Respostas de Avaliação - Grupo V



FONTE: Elaborado pelos autores, 2025.

Quanto a “Sugestões para Eventos Futuros” apresentadas na avaliação dos participantes pela Escola de Gestão do Paraná, destacaram-se as seguintes respostas: oferecer mais capacitações, preferencialmente de forma presencial com menor duração, abordar com mais ênfase sobre o sistema do Cadastro Único e melhor organização para a confirmação de presença.

5. DISCUSSÕES E SITUAÇÕES APRESENTADAS PELOS PARTICIPANTES

Uma das condicionalidades impostas pelo Programa Bolsa Família é o acompanhamento do estado nutricional das crianças de até sete anos. Desse modo, em dois seminários constataram situações de municípios que realizam somente um dia da pesagem e medição do desenvolvimento nutricional referente a condicionalidade da saúde, já em outro município, há relato de apenas uma semana, no qual os profissionais da saúde se recusam a registrar fora desse período.

Portanto, nota-se a necessidade de expor esclarecimentos quanto às informações que migram e são atualizadas para gerar o público de acompanhamento da saúde.

Outro ponto levantado, foi a questão dos registros que não refletem a realidade, como por exemplo a frequência escolar, no qual em muitas instituições apresentam 99% geral nas escolas. Dessa maneira, é necessário analisar estratégias de diálogo nas Coordenações Municipais Intersetoriais e com os profissionais da rede que realizam o registro dessas informações, visando o esclarecimento do objetivo da condicionalidade, sendo a garantia de direitos e quando violados é fundamental a criação de um alerta. Caso o governo público não compreenda tais consequências, muitas crianças e adolescentes terão essas violações de direitos despercebidas, ou seja, por lançar uma frequência geral para todos evitando que as famílias tenham repercussão no pagamento ou por colocarem motivos de descumprimento de condicionalidade. Assim, torna-se fundamental uma análise quantitativa perante a questão do desinteresse do aluno sobre os motivos do não cumprimento de condicionalidade como uma ação contínua das Coordenações Intersetoriais Municipais, sendo uma pauta permanente.

Quanto ao novo sistema do Cadastro Único, os participantes relataram as inúmeras dificuldades de acesso ao sistema, principalmente em relação ao Gerid e atendimento da Dataprev via Pronto Cliente, com atraso de resposta, encerramento

de chamadas abertas sem resolução do problema e questões surgidas na migração de dados. Erros do registro/migração de dados no novo sistema,

Outra questão muito discutida foi a subjetividade nos processos de averiguação de inconsistência cadastral ou possíveis denúncias de fraude, os participantes relatam que não existe normativas e orientações técnicas sobre a composição mínima de relatório circunstanciado, documentos que podem ou não ser utilizados pela gestão municipal para comprovar omissão ou informação inverídica da família na entrevista do Cadastro Único, bem como relatando situação em que família busca via judicial responsabilizar os profissionais após exclusão do Cadastro Único ou bloqueio de benefícios do Bolsa Família, além de ameaças que os profissionais recebem dos usuários.

Situação mais visível em municípios pequenos, no qual o profissional tem conhecimento da omissão de informação, porém na vida particular, por meio da convivência no mesmo território ou por redes sociais, mas no âmbito profissional não possui meios de comprová-lo, visto que a maioria destas pessoas atuam de forma autônoma ou omitem membros da família na composição familiar que tenham renda formal.

Também o acesso e capacitação do SICON, que é uma ferramenta de apoio a gestão intersetorial que integra as informações do acompanhamento de condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social, destacou-se como demanda presente, visto que muitos profissionais da Política de Assistência Social que realizam ou devem realizar o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, além de, desconhecerem o sistema e a possibilidade de interrupção temporária para as famílias com repercussão nos benefícios devido ao descumprimento de condicionalidades, muitos não reconhecem a importância do registro do acompanhamento familiar no SICON, evidencia-se a importância de trabalhar também com esse público, perante a articulação intersetorial intra, com a proteção social básica, proteção social especial em relação ao acompanhamento

familiar, principalmente aquelas de descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família.

6. ENCAMINHAMENTOS PROPOSTOS

- Elaborar nota conjunta da Coordenação Estadual Intersetorial sobre a condicionalidade da saúde, seus objetivos e período de vigência para que seja enviado aos municípios, com o intuito de orientá-los, considerando que alguns municípios relataram divergência e dificuldade intersetorial nos procedimentos de registro das condicionalidades de saúde das crianças;

- Elaborar nota orientativa da Coordenação Estadual Intersetorial sobre a condicionalidade da educação, sugerindo que as Coordenações Municipais Intersetoriais realizem pauta permanente de análise dos motivos de descumprimento da condicionalidade de educação e ações de qualificação junto às escolas que apresentem baixo registro ou registro igual para todos os beneficiários, visto que muitas escolas não compreendem a relevância das condicionalidades para as famílias beneficiárias, apresentando uma frequência geral dos alunos;

- Encaminhar ofício a SAGICAD/MDS com os apontamentos realizados pelos municípios em relação às limitações encontradas no acesso e suporte ao sistema do Cadastro Único;

- Oficiar a SAGICAD/MDS solicitando publicação de normativo detalhado sobre a utilização de documentos que possam ser

utilizados como comprobatórios e orientações técnicas descrevendo tópicos mínimos que devem conter dentro de um relatório circunstanciado para resguardar os profissionais nos processos de averiguação cadastral.

- Solicitar a Gestão Estadual e Federal do PBF capacitação presencial e on-line, e a elaboração de manuais orientativos sobre o sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família - SICON principalmente voltado a rede socioassistencial para o registro do acompanhamento familiar.

7. CONCLUSÃO

Os cinco encontros descentralizados com os coordenadores municipais teve como objetivo qualificar a gestão e o atendimento à população por meio da atualização de normativas, reflexões teóricas sobre pobreza e orientações técnicas relativas à oferta de serviços e benefícios socioassistenciais da Política de Assistência Social, novos sistemas e ferramentas do Cadastro Único, já que os municípios são responsáveis pela gestão do Cadastro Único com a inclusão/atualização dos dados das famílias no sistema, bem como, gestão do Programa Bolsa Família, com o acompanhamento das famílias.

As avaliações realizadas pelos participantes revelaram não apenas a satisfação com o formato e conteúdo dos encontros, mas também apontaram demandas importantes a serem consideradas em futuras ações formativas. Entre elas, destaca-se a necessidade de mais capacitações, principalmente em formato presencial, o empreendimento de esforços em todas as esferas para o fortalecimento da intersetorialidade na execução do Programa Bolsa Família.

As discussões também refletiram as dificuldades das gestões municipais atuarem nos processos de averiguação cadastral e denúncias de fraude, principalmente em municípios pequenos onde existe uma convivência comunitária, em âmbito privado, entre profissionais e usuários da Política. Contudo, observa-se uma preocupação em algumas gestões municipais maior em relação a omissão de informações de um pequeno percentual de famílias, do que a preocupação e empreendimento de esforços na execução de procedimentos que evitem a exclusão de famílias do Cadastro Único e bloqueio de benefícios, ou mesmo de ações de busca ativa para incluir famílias com perfil que ainda não estão cadastradas, alguns profissionais corroborando com o discurso preconceituoso do senso comum, que as famílias beneficiárias do PBF não querem trabalhar, pois sobram vagas de emprego nos municípios que residem.

Nesse sentido, os encontros não apenas cumpriram seu papel de capacitar, mas também atuaram como importante espaço de escuta ativa e diagnóstico coletivo. Permitiram o levantamento de dificuldades práticas enfrentadas no cotidiano da gestão municipal, viabilizando a construção de estratégias conjuntas entre estado e municípios.

A análise das discussões e os encaminhamentos propostos reforçam a importância de fortalecer a comunicação entre os níveis de gestão, garantir maior clareza nos processos de averiguação cadastral, e ofertar formações que dialoguem com as realidades locais. Dessa forma, os encontros cumpriram sua missão de contribuir com a qualificação da política de assistência social, com a efetividade do Cadastro Único como ferramenta de inclusão e promoção de direitos e o Programa Bolsa Família como ação complementar da Assistência Social na garantia da segurança afiançada de renda prevista na política.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; MENDONÇA, R. S. P. **Sobre as utilidades do Cadastro Único.** Texto para Discussão (TD) 1414: Sobre as utilidades do Cadastro Único. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2653.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: [Presidência da República],. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm]

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Cadastro Único*. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/avaliacao-e-gestao-da-informacao-e-cadastro-unico/cadastro-unico.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Relatórios de Informações Sociais – Estado do Paraná. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=41&aM=0.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. 494 p. il. ISBN 978-85-7811-186-1.

IMDS – INSTITUTO MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Bolsa Família: Primeiras Gerações*. Disponível em: https://imdsbrasil.org/indicador/bolsa-familia-primeiras-geracoes/#saida-e-permanencia-no-cadunico.

ANEXOS

ANEXO A - Questões do Relatório da Pesquisa de Satisfação da Escola de Gestão do Governo do Paraná

1. De modo geral, que nota você dá ao evento?
2. Você indicaria este evento para outras pessoas?
3. A carga horária estava adequada à proposta do evento?
4. O conteúdo teve boa abrangência?
5. Deixe aqui seus elogios, sugestões e/ou comentários.
6. Sugestões para eventos futuros.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Panorama de participantes por representatividade em cada grupo

1. Capacitação em Capanema

Os encontros realizados nos dias 26, 27 e 28 de março, com previsão de 110 participantes e 90 municípios vinculados aos Núcleos Regionais de Cascavel e Francisco Beltrão e IARAs de Pato Branco, Toledo e Foz do Iguaçu, obtendo a participação efetiva de 47 presentes todos os dias de evento, 60 que não participaram todos os dias e 21 que se ausentaram todos os dias, totalizando 128 profissionais, com representatividade de 86,66% dos municípios.

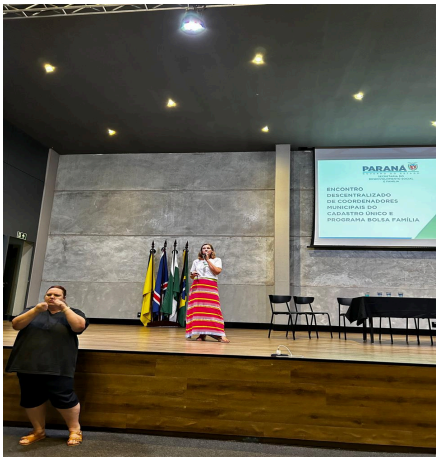
2. Capacitação em Pinhais

Os encontros realizados nos dias 02, 03 e 04 de abril, com previsão de 100 participantes e 36 municípios vinculados aos Núcleos Regionais de Curitiba e Paranaguá, obtendo a participação efetiva de 52 presentes todos os dias de evento e 32 que não participaram todos os dias e nove ausentes, sendo um total de 93 profissionais, com representatividade de 97,22% dos municípios.

3. Capacitação em Cianorte

Os encontros realizados nos dias 09, 10 e 11 de abril, com previsão de 140 participantes e 116 municípios vinculados aos Núcleos Regionais de Campo

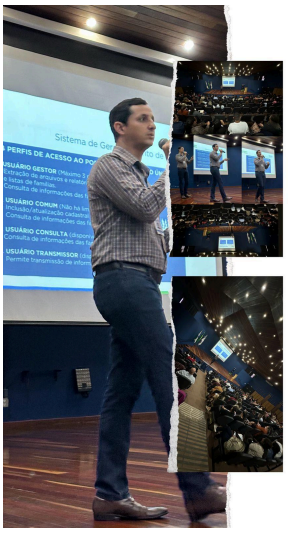
Mourão, Maringá, Paranavaí e Umuarama e IARA de Cianorte, obtendo a participação efetiva de 62 presentes todos os dias de evento, 56 que não participaram todos os dias e 18 que se ausentaram todos os dias, totalizando 136 profissionais, com representativa de 87,93% dos municípios.



4. Capacitação em Cornélio Procópio

Os encontros realizados nos dias 23, 24 e 25 de abril, com previsão de 110 participantes e 96 municípios vinculados aos Núcleos Regionais de Cornélio

Procópio e Londrina, IARAs de Apucarana, Ivaiporã e Jacarezinho, obtendo a participação efetiva de 129 presentes todos os dias de evento, 19 que não participaram todos os dias e 08 que se ausentaram todos os dias, totalizando 156 profissionais, com representatividade de 89,58% dos municípios.

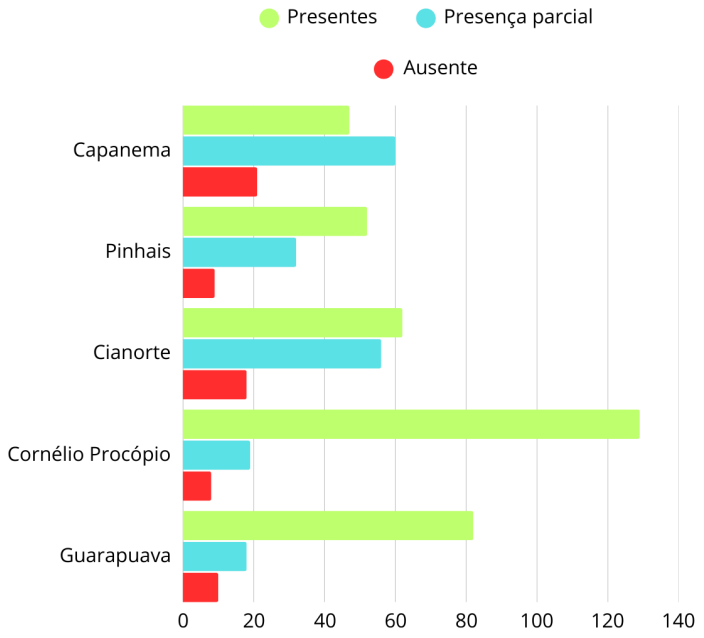


5. Capacitação em Guarapuava

Os encontros foram realizados nos dias 07, 08 e 09 de maio, com previsão de 80 participantes e 62 municípios vinculados aos Núcleos Regionais e IARAs de Guarapuava, Pitanga e Ponta Grossa, obtendo a participação efetiva de 82 presentes todos os dias de evento, 18 que não participaram todos os dias e 10 que se ausentaram todos os dias, totalizando 110 profissionais, com 79,03% dos municípios.

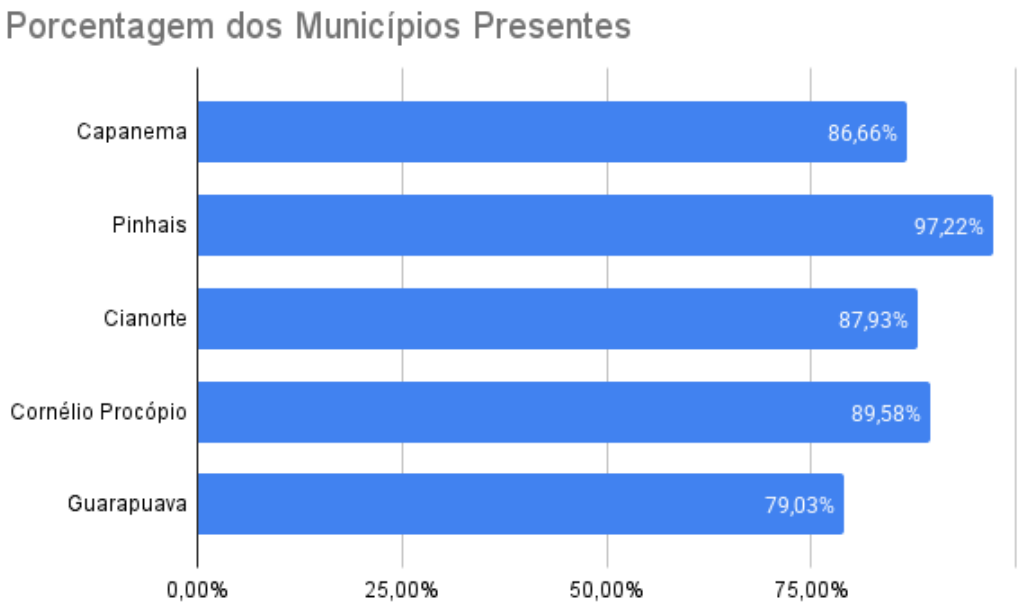
PARANÁ
Cadastro Único
PANORAMA DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA

Apêndice B - Gráfico de presença e ausência nos municípios



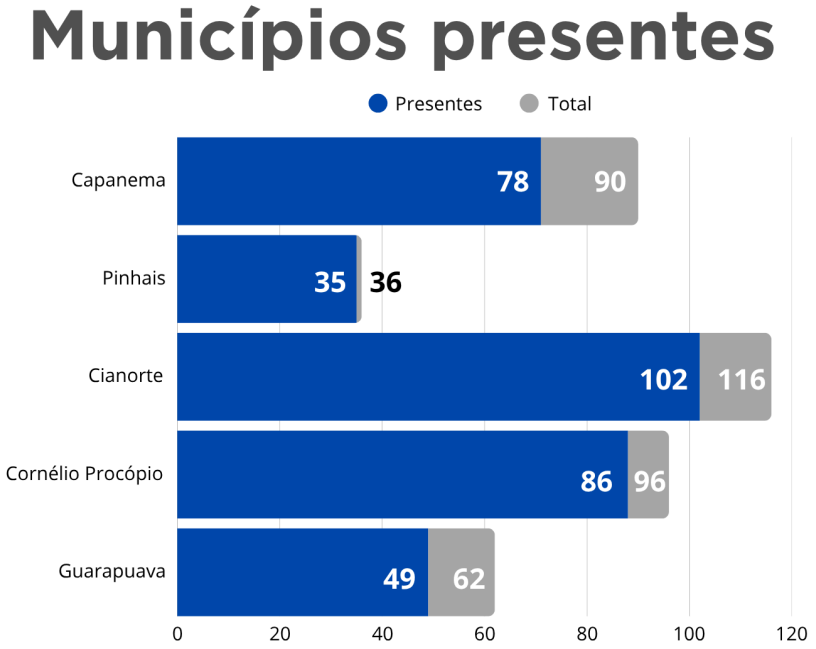
FONTE: Elaborado pelos autores, 2025.

Apêndice C - Gráfico dos municípios presentes em porcentagem



FONTE: Elaborado pelos autores, 2025.

Apêndice D - Gráfico de municípios presentes em relação ao total esperado



FONTE: Elaborado pelos autores, 2025.